

ATOS ADMINISTRATIVOS – CLASSIFICAÇÃO DO ATOS III

CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS

a. Atos normativos

Os atos normativos contêm comandos gerais e abstratos dirigidos a todos os administrados que se enquadrem nas situações neles previstas.

Ex.: Decretos, regimento interno, resolução, deliberação, regulamentos e instrução normativa.

b. Atos ordinatórios

Atos administrativos ordinatórios emanam do poder hierárquico e visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.

Ex.: Circular, aviso, portaria, ofício, ordem de serviço, etc.

c. Atos negociais

Atos negociais são os praticados pela Administração, nos quais há uma declaração de vontade do Poder Público coincidente com a pretensão do particular.

Ex.: Licença, autorização, permissão e homologação (vinculado)

Obs.: A licença é um ato vinculado, enquanto a permissão e a autorização são atos discricionários.

Licença – Se o particular cumprir com o que a lei exige, o ato deverá ser praticado.

Autorização – O particular solicita para a administração pública e para a prefeitura, por exemplo, e a prefeitura irá avaliar se concede ou não a autorização ao particular.

Ex.: Alvará de autorização para o funcionamento de um circo na cidade.

Permissão – Está relacionado ao uso do bem público.

Homologação – Ato posterior.

Ex.: Concurso público – Caso tenha sido válido, a autoridade deverá realizar a homologação, sendo que após a homologação será contado o prazo de validade do concurso.

d. Atos enunciativos

Atos enunciativos são aqueles que a Administração se limita a certificar ou atestar um fato ou a emitir uma opinião sobre determinado assunto sem se vincular ao enunciado.

Ex.: Certidão, atestado e parecer.



5m

ANOTAÇÕES

A responsabilidade pessoal do parecerista.

A jurisprudência do STF aponta para a possibilidade de responsabilização do agente público diante de pareceres jurídicos opinativos, desde que esteja configurado dolo, culpa grave ou erro grosseiro (MS 24.631/DF).

Ex.: Para ter a permissão do uso de um bem público, é necessário o parecer da companhia de água.

e. Atos punitivos

Obs.: Os atos punitivos visam punir os servidores públicos com demissão, cassação de aposentadoria, advertência e suspensão e punir os particulares com derrubada de construção, multas, apreensão de mercadorias, entre outras punições.

Atos punitivos são os que visam punir e reprimir as infrações administrativas ou a conduta irregular dos servidores ou dos administrados perante a Administração.



DIRETO DO CONCURSO

1. (INSTITUTO CONSULPLAN/2022/PGE/ES) O Estado W aplicou uma multa de trânsito ao condutor do veículo T, por ter estacionado em local proibido. A multa aplicada pelo Estado W é considerada um ato administrativo:
 - a. Punitivo.
 - b. Negocial.
 - c. Ordinatório.
 - d. Enunciativo.

COMENTÁRIO

O ato negocial é aquele em que o particular solicita a sua prática a administração pública e, por essa razão, não possui o atributo da imperatividade.

A multa aplicada pelo Estado W é considerada um ato administrativo punitivo.

ANOTAÇÕES

2. (CESPE/2019/TJ/AM/ANALISTA JUDICIÁRIO/OFICIAL DE JUSTIÇA) No que se refere a atos administrativos, julgue o item a seguir:

A homologação é ato administrativo unilateral e vinculado, praticado a posteriori, pelo qual a administração pública reconhece a legalidade de um ato jurídico, tal como ocorre na homologação de procedimento licitatório.

COMENTÁRIO

A homologação é ato administrativo unilateral e vinculado, praticado a posteriori, pelo qual a administração pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.

3. (CESPE/2022/SEE/PE/ANALISTA) A respeito dos poderes e atos administrativos, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir.

Os atos administrativos negociais conjugam um pedido de consentimento do particular e uma declaração da administração pública, a exemplo da licença.

COMENTÁRIO

Para um particular exercer um direito ou uma atividade, é necessário solicitar à administração pública. Essa solicitação é denominada de ato de consentimento.

4. (CESPE/2022/PC/RO/DELEGADO DE POLÍCIA) A administração pública concedeu licença a particular para construir uma escola em determinada área, após verificar que este cumprira com todas as exigências legais para tal.

Considerando-se a situação hipotética apresentada, o ato administrativo concedido é

- a. normativo.
- b. punitivo.
- c. ordinatório.
- d. negocial.
- e. enunciativo.

ANOTAÇÕES

COMENTÁRIO

A administração pública concedeu licença a particular para construir uma escola em determinada área, após verificar que este cumprira com todas as exigências legais para tal. Nesse caso, foi concedido o ato administrativo negocial.

5. (CESPE/2019/MPC/PA/PROCURADOR DE CONTAS) Assinale a opção que apresenta, na ordem em que estão, exemplos de atos administrativos enunciativos, normativos, ordinatórios, negociais e punitivos.
- a. certidões / regulamentos / ordens de serviço / autorizações / destruições de coisas apreendidas.
 - b. certidões / pareceres / ordens de serviço / autorizações / destruições de coisas apreendidas
 - c. pareceres / avisos / despachos / permissões / averbações
 - d. pareceres / instruções normativas / licenças / permissões / multas
 - e. pareceres / atestados / portarias / permissões / multas



15m

COMENTÁRIO

São exemplos de atos administrativos enunciativos, normativos, ordinatórios, negociais e punitivos, respectivamente, certidões, regulamentos, ordens de serviço, autorizações e destruições de coisas apreendidas.

6. (CESPE/2022/MPC/SC/ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS) Acerca dos atos administrativos, julgue o item a seguir.
- A licença é ato vinculado por meio do qual a administração faculta o exercício de uma atividade a alguém, desde que preenchidos os requisitos legais pelo interessado.

COMENTÁRIO

Ex.: Licença – Um dentista que solicita uma licença ao CRO.

Quando o particular cumprir os requisitos legais necessários, o ato solicitado deverá ser concedido.

ANOTAÇÕES

7. (QUADRIX/2019/CREF 11ª REGIÃO/FISCALIZAÇÃO) A respeito do ato administrativo punitivo, julgue o item.

Não caracteriza ato punitivo a destruição de substâncias ou objetos nocivos ao consumo ou de uso proibido por lei apreendidos pela Administração Pública.

COMENTÁRIO

Caracteriza ato punitivo a destruição de substâncias ou objetos nocivos ao consumo ou de uso proibido por lei apreendidos pela Administração Pública.

8. (QUADRIX/2019/CREF 11ª REGIÃO/FISCALIZAÇÃO) A respeito do ato administrativo punitivo, julgue o item.

Caracteriza ato punitivo a aplicação de sanção ao servidor que infrinja dever funcional.

COMENTÁRIO

A aplicação de sanção ao servidor que infringir um dever funcional, caracteriza ato punitivo.

Normativos	Contêm comandos gerais e abstratos dirigidos a todos os administrados que se enquadrem nas situações neles previstas. Ex. Decretos, regulamentos, instruções normativas, regimentos, resoluções, deliberações.
Ordinatórios	Visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes. Ex.: instruções, circulares, avisos, portarias, ordens de serviço, ofícios, despachos.
Negociais	Declaração de vontade do Poder Público coincidente com a pretensão do particular. Ex.: licença, autorização, permissão, aprovação, admissão, visto, homologação, dispensa, renúncia.
Enunciativos	Certificam ou atestam uma situação pré-existente. Ex.: certidões, atestados, pareceres técnicos, pareceres normativos, apostilas.
Punitivos	Visam punir e reprimir as infrações administrativas ou a conduta irregular dos servidores ou dos administrados perante a Administração. Ex.: demissão de servidor, multa, interdição de atividade, destruição de coisas etc.



20m

ANOTAÇÕES

GABARITO

1. a
2. C
3. C
4. d
5. a
6. C
7. E
8. C

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Rodrigo Cardoso.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.

ANOTAÇÕES
